OPPIDUM. CUADERNOS DE INVESTIGACIÓN, n.º 17, 2021: 117-148. IE Universidad, Segovia. ISSN: 1885-6292.

AS LUCERNAS ROMANAS ALTO-IMPERIAIS DE MONTE DOS CASTELINHOS (VILA FRANCA DE XIRA, PORTUGAL)

HIGH-IMPERIAL ROMAN LAMPS FROM MONTE DOS CASTELINHOS (VILA FRANCA DE XIRA, PORTUGAL)

Carlos Pereira
UNIARQ - Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
carlos_samuel_pereira@hotmail.com

João Pimenta
CEAX - Centro de Estudos Arqueológicos Vila Franca de Xira
UNIARQ - Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
joao.marques@cm-vfxira.pt

Henrique Mendes
CEAX - Centro de Estudos Arqueológicos Vila Franca de Xira
henrique.mendes@cm-vfxira.pt

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado do estudo de um conjunto inédito de lucernas alto-imperiais inédito, que está apoiado por dados contextuais e estratigráficos bem definidos. A restringida ocupação de Monte dos Castelinhos permitiu esboçar considerações importantes sobre a produção, evolução e consumo das lucernas no Ocidente peninsular. O conjunto, quase exclusivamente da série de volutas, está integrado em contextos atribuíveis às distintas fases ocupacionais do aglomerado e que oferecem cronologias bastante precisas. Além da análise crono-tipológica, também se analisou a iconografia e a epigrafia presente, tendo resultado em considerações relevantes para o entendimento da circulação destes produtos durante o último quartel do século I a.C. e o século I d.C..

Palabras clave: *lucernas, século I d.C., produção, evolução, iluminação.*

Abstract

This work presents the result of the study of an unprecedented set of high-imperial roman lamps, which is supported by well-defined contextual and stratigraphic data. The restricted occupation of Monte dos Castelinhos made it possible to outline important considerations about the production, evolution, and consumption of lamps in the Western peninsular. The set, which is exclusively of the volute nozzle series, is integrated in layers of different occupational phases of the settlement and which offer very precise chronologies. In addition to the chrono-typological analysis, the iconography and epigraphy were also analysed, resulting in considerations relevant to the understanding of the circulation of these products during the last quarter of the 1st century BC and the 1st century AD.

Keywords*: Roman lamps, first century AD, production, evolution, lightning.*

Fecha de recepción: 21/01/2021. Fecha de aceptación: 16/03/2021.

1. Introdução

A estação arqueológica de Monte dos Castelinhos (CNS 3923) localiza-se numa propriedade privada, denominada de Quinta da Marquesa, no concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa, Portugal (fig. 1). Ocupa um vasto morro e suas encostas, com uma cota máxima de 88 m, situando-se de forma proeminente sobre a margem direita do Rio Grande da Pipa, na margem esquerda do Tejo, do qual dista 2 km.

As características geológicas, altimétricas e de implantação na paisagem fazem com que este amplo morro, assuma uma posição geoestratégia, garantindo o controlo de uma zona de fronteira natural, na península de Lisboa e do baixo-Tejo (fig. 2).

Apesar de existirem referências novecentistas ao sítio e suas antigas ocupações, os primeiros trabalhos de recolha sistemática de materiais arqueológicos devem-se a Hipólito Cabaço, realizados em meados dos anos trinta do século XX (Pereira, 1970). No final dos anos oitenta do século passado, no decorrer do gizar da primeira Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, o Monte dos Castelinhos foi inventariado como um local de habitat com ocupação no Calcolítico, na Idade do Ferro, na época Romana e na Medieval. Foi então descrito como um "vasto habitat fortificado, com vários troços de muralha visíveis […]" (Parreira, 1990: 82).

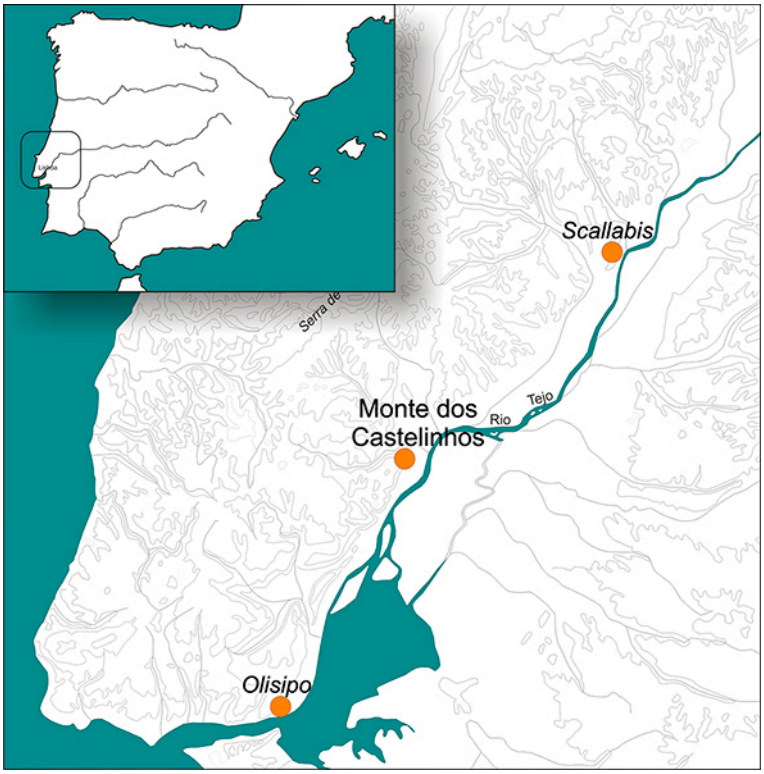

Figura 1. Localização de Monte dos Castelinhos, na península Ibérica em geral e no baixo Tejo em particular.

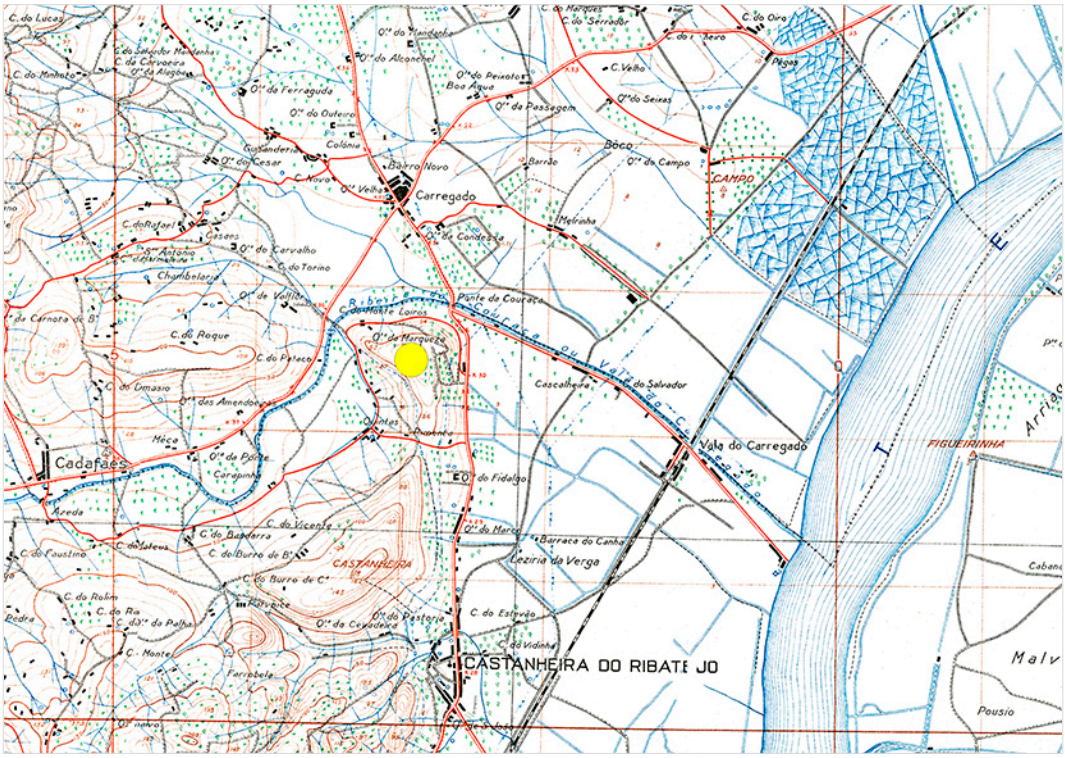

Figura 2. Localização de Monte dos Castelinhos na Carta Militar 1: 25 000, Folha N.º 390, datada de 1941.

A investigação em Monte do Castelinhos insere-se num Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia, denominado: Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE). Este projeto, dirigido por um dos signatários (J.P.), insere-se no âmbito da filosofia do Museu Municipal de Vila Franca de Xira enquanto Museu de Território. A estação arqueológica de Monte de Castelinhos assumiu-se como um polo descentralizado deste Museu, aproveitando as diversas valências que a localização do sítio evidencia, nomeadamente a nível histórico, patrimonial, paisagístico e ecológico (Pimenta e Mendes, 2013; 2014).

As escavações que o Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem desenvolvido no local desde 2008 permitem vislumbrar as potencialidades científicas, turísticas e museológicas desta estação arqueológica (fig. 3). Tendo o desenrolar do seu estudo e divulgação, revelado que este é um sítio singular para o estudo do processo tardio de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo Ocidente peninsular (Pimenta e Mendes, 2014).

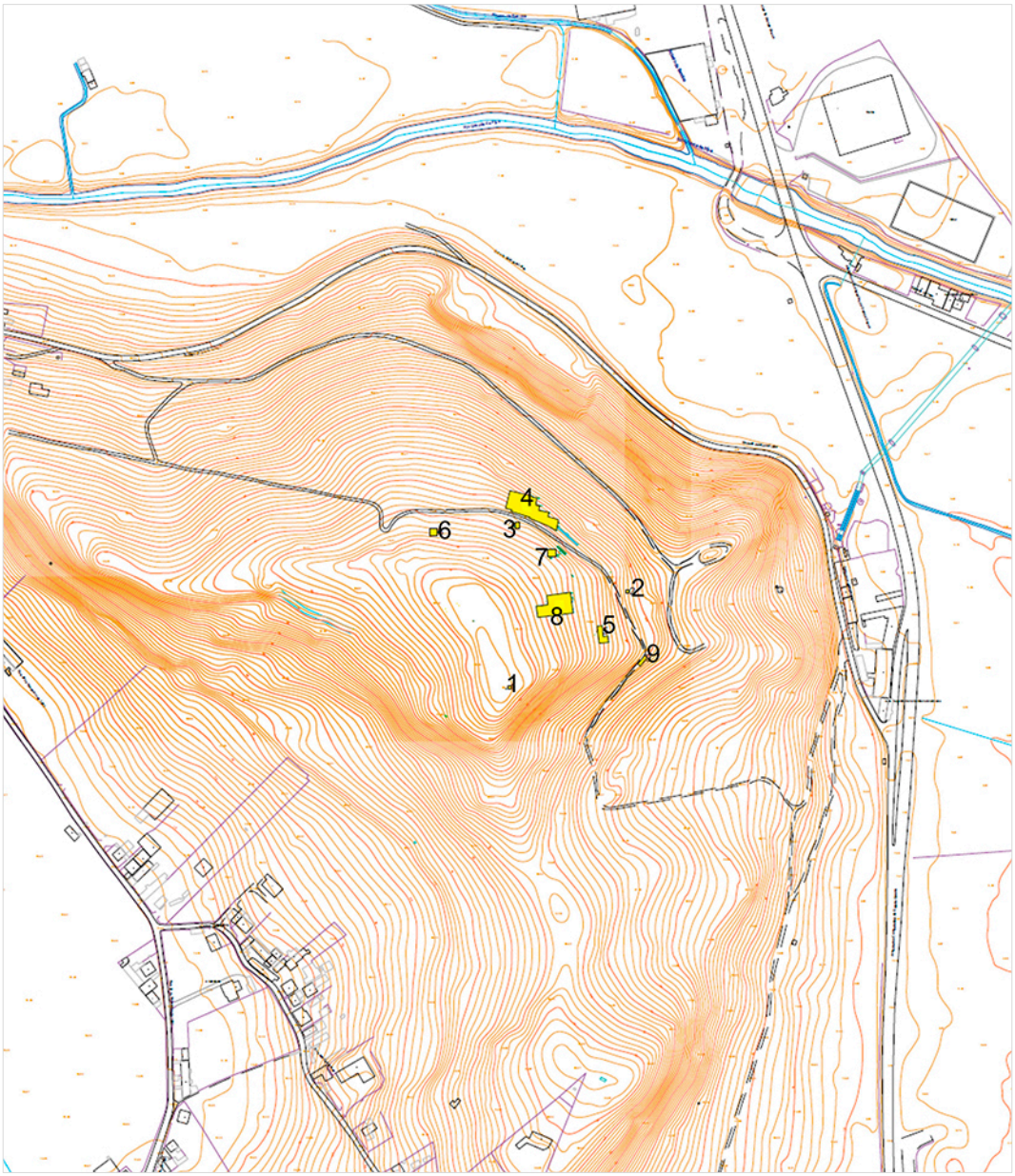

Figura 3. Levantamento topográfico de Monte dos Castelinhos, com a localização das áreas de Sondagens realizadas.

2. Leituras e apreciações sobre a evolução da ocupação alto-imperial de Monte dos Castelinhos

Os extensos trabalhos de prospecção e reconhecimento arqueológico efectuados no sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos permitiram reconhecer uma vasta área de dispersão de materiais romanos que se estende por mais de 10 ha (Pimenta, Mendes, Norton, 2008). A densidade de vegetação dificulta a leitura de pormenor da microtopografia da estação, porém, é perceptível a existência de duas amplas linhas de muralhas materializadas em taludes defensivos e depressões subsequentes, que poderão corresponder a um sistema de fosso ou fossos paralelos a estes (Pimenta e Mendes, 2015b).

Decorridos doze anos de investigação, podemos afirmar que, em meados do século I a.C., se assistiu à construção de raiz de um estabelecimento de dimensões consideráveis, numa área de grande valor geoestratégico. Situado a meio caminho entre as duas principais cidades do vale do Tejo (*Olisipo* e *Scallabis*), Monte dos Castelinhos (fig. 1 e 2) controlava a transitabilidade do baixo-Tejo e da península de Lisboa (Pimenta, 2013).

Esta localização foi escolhida após o conflito sertoriano (80-72 a.C.), no âmbito de uma nova política de refundação da presença de Roma no Ocidente (Fabião, 1998: 288). Com efeito, são conhecidos diversos povoados fortificados na área próxima que aparentemente foram abandonados nesta fase, aos que se somam dois entesouramentos deste período, sintoma da instabilidade generalizada (Ruivo, 1997). Por estes motivos, aos quais se soma o argumento dos contextos e materiais arqueológicos, para o primeiro desenho urbano dos Castelinhos tem-se ponderado uma fundação em data posterior ao *terminus* do conflito sertoriano (72 a.C.) e á presença de Júlio César na província da Ulterior como propretor (60-61 a.C.) (Pimenta, 2015).

Tendo em conta os dados do urbanismo, parece consistente que, na sua génese, Castelinhos se assumisse como um núcleo de cariz urbano destinado a alojar uma população exógena. Contudo, as evidências de uma presença militar são fortes, autorizando-nos a supor a fundação de uma base operacional de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo das vias de comunicação (Pimenta et al., 2014; Pimenta e Mendes, no prelo1).

Desde o primeiro momento ficou claro que a ocupação do sítio se teria prolongado para lá do período Romano-Republicano, estendendo-se ao longo do século I d.C. Esta noção assentou nas conclusões do estudo das colecções de materiais, resultantes das extensas prospecções aí efectuadas, quer nos anos oitenta, quer mais recentemente em 2008, deixando antever uma ocupação que se prolongaria, pelo menos, até ao período flaviano (Pimenta et al., 2008; Silva, 2012).

As últimas campanhas arqueológicas no sítio incidiram numa nova área de Sondagem, a n.º 8. Esta nova leitura permitiu uma percepção mais clara do sítio e das suas ocupações. Os trabalhos que aí temos vindo a desenvolver, permitiram revelar um novo desenho urbano, correspondendo ao que denominamos como Fase 3 do sítio. Esta nova planimetria está materializada na construção de um novo traçado de ruas e de habitações, datado de início do principado de Augusto. Estas evidências permitem-nos destacar que o povoado continuou a

existir após a fase de destruição/abandono datada do final do período Romano-Republicano, mas também que o sítio foi considerado suficientemente relevante para ser dotado de um novo projecto urbanístico (Pimenta e Mendes, 2018). Esta descoberta veio relançar a discussão em torno da localização da *Ierabriga* mencionada nas fontes clássicas, considerando-se a sua provável identificação com esta estação arqueológica (Pimenta e Mendes, 2012: 61).

As novas e expressivas evidências, detectadas na Sondagem 8, sobrepõem-se ao urbanismo tardo-republicano, anulando-o, e, ainda que mantenham genericamente as orientações, reestruturam de forma distinta o espaço. Tendo em conta os vestígios a descoberto, podemos distinguir claramente três edifícios (fig. 4), separados por um arruamento com 6,60 m de largura (ambiente 40). Ainda que não seja totalmente claro, é possível que o Ambiente 44 possa corresponder igualmente a outra área de rua, cruzando com o Ambiente 40 em ângulo recto. O cuidado que detectámos na pavimentação desta rua, com um forte empedrado de disposição regular, a par de um pórtico com colunas no lado Sul, revela um cariz urbano que, até ao momento, não identificámos na fase republicana (fig. 5).

Em relação aos três edifícios, a informação é desigual. O situado a Norte da rua, denominado Edifício A, parece corresponder a uma ampla habitação com uma organização complexa, no qual diversos compartimentos conservam os vãos voltados para a área de rua. Além disto, a análise dos espólios recolhidos determinou que o Ambiente 36 correspondia a uma área de armazenamento, enquanto o Ambiente 45 funcionava como uma área multifuncional, estando atestada a presença de mós e de uma área de fogo. Quer a configuração das estruturas, quer a função dos espaços permitem que sejam interpretados como *tabernae*.

Sobre o edifício situado a Sul da rua, Edifício B, temos pouca informação. No entanto, a presença de diversos vãos revela alguma complexidade construtiva que apenas começamos a antever. Por último o conjunto que identificámos como Edifício C situa-se a Oeste das ruas que denominámos de Ambientes 40 e 44. Infelizmente dispomos de dados muito parciais sobre este edifício, limitando-se aos contextos incompletos de dois compartimentos, pois em nenhum deles se desceu na estratigrafia.

A datação desta Fase, de momento, assenta apenas nas escassas áreas escavadas em profundidade. Ainda que o estudo global das associações cerâmicas e metálicas se encontre em fase de estudo, tendo em conta a análise dos artefactos recuperados naquelas áreas (moedas, *terra sigillata* de tipo itálico, cerâmicas de paredes finas e vasto conjunto de ânforas, no qual dominam as produções do vale do Guadalquivir) parece sólido atribuir a sua construção ao principado de Augusto. Porém, devemos mencionar que, por ora, a maioria dos contextos atribuíveis a esta fase correspondem aos níveis de derrubes e abandono dos espaços, estando os de construção e ocupação somente sondados.

Associados a estes compartimentos recolheu-se um conjunto coerente de 42 fragmentos de lucernas. Destes, somente 12 permitiram classificação, tendo sido integrados quase exclusivamente nos grupos do Tipo A de Bailey, equivalentes às lucernas de bico triangular. Somente um fragmento corresponde ao Tipo B1, mas que oferece uma morfologia precoce dentro desse modelo. Assim, contextos e lucernas que os integram estão em consonante concordância.

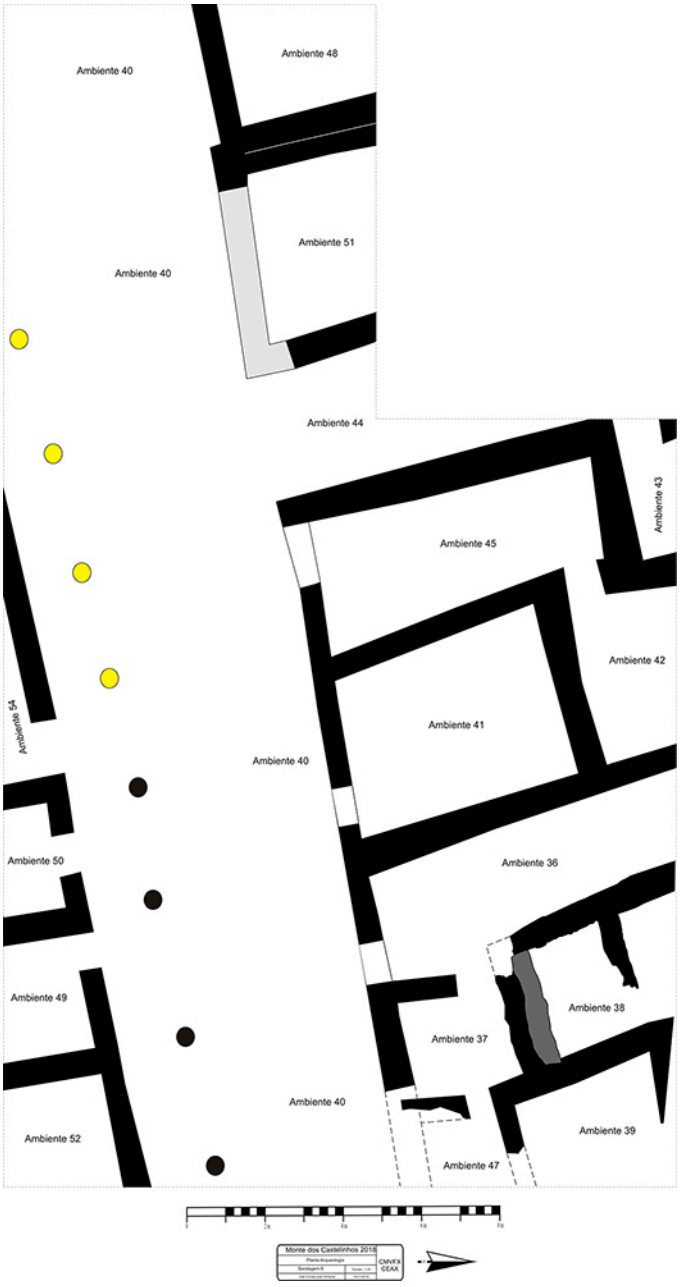

Figura 4. Planta das estruturas da Fase 3 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 8.

Figura 5. Visão geral da área escavada da rua Augustana com a fachada dos edifícios a Oeste da desta.

A fase 4 corresponde a uma ampla remodelação do urbanismo augustano. Este materializa-se na eliminação do pórtico, tendo sido desmontado e substituído por uma parede que fechou o espaço antes ocupado pela colunata. A rua é reorganizada, sendo alvo de um aterro para a sua regularização, e foi repavimentada com um lajeado de boa qualidade (fig. 6 e 7). O estudo, ainda em curso, dos abundantes materiais recolhidos nestes níveis de aterro, U.E.s [405] e [442], apontam para uma cronologia augustana tardia ou já tiberiana, sustentada num vasto conjunto de *terra sigillata* itálica e de ânforas.

O conjunto de estruturas documentado até ao momento, de cariz urbano, acabou por ser definitivamente abandonado ainda durante o século I d.C. Não é ainda possível determinar se este abandono foi, ou não, programado, pois nos níveis superficiais não foram registados os derrubes dos telhados ou colapsos que possamos atribuir a destruições intencionadas.

Apesar disso, considerando os artefactos mais recentes, podemos situar com alguma segurança o momento de abandono deste urbanismo na fase final da dinastia dos Júlio-Cláudios. Um dos elementos mais assertivo para essa cronologia é a presença de *terra sigillata*

sudgálica (10% do conjunto da *terra sigillata*), nomeadamente das formas Drag. 15/17, 18/31, 24/25, 27 e 30, a par da importação de cerâmica de paredes finas de produção bética com decoração arenosa, da forma Mayet XXXVI. Face a esses elementos, não parece despropositado situar o fim da ocupação do sítio no final daquela dinastia, concretamente entre 40/60 d.C. (Pimenta e Mendes, 2018).

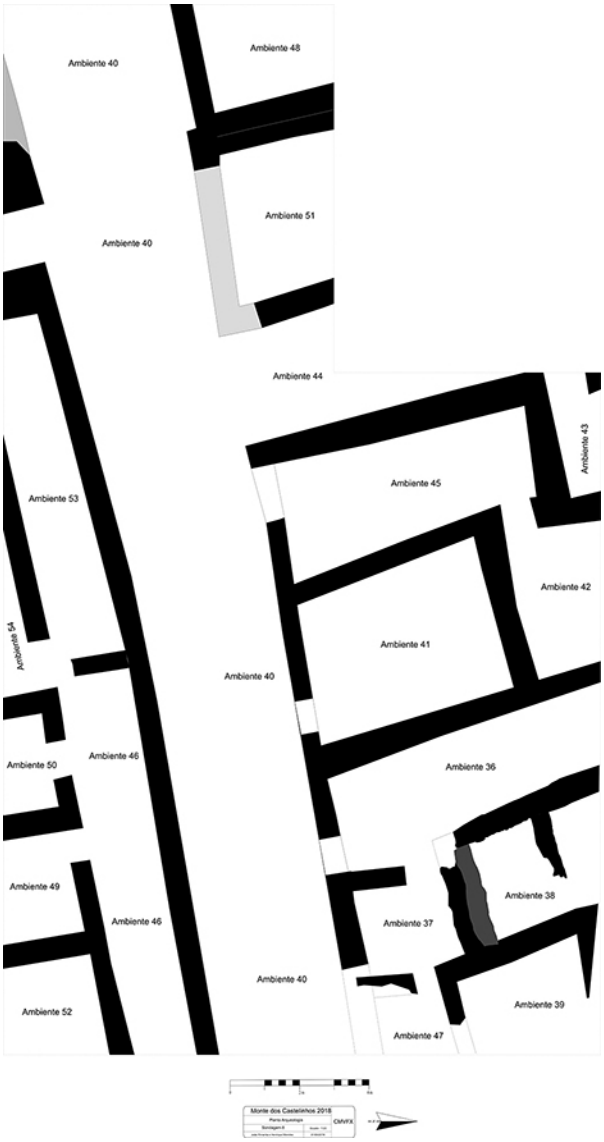

Figura 6. Planta das estruturas da Fase 4 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 8.

Figura 7. Vista geral da área de Sondagem n.º 8. Sendo visível ao centro a rua que conduz ao topo do Monte.

Nestes espaços foram recolhidos 72 fragmentos de lucernas, das quais 21 permitiram classificação. Uma vez que muitos dos estratos que conformam esta fase correspondem a vestígios da reformulação urbanística dos espaços é compreensível a existência de alguns fragmentos de lucernas o tipo Bailey A (Dressel-Lamboglia 9; Loeschcke I). No entanto, os modelos evoluídos podem ser contemporâneos deste momento, tendo convivido com as lucernas de volutas de bico redondo. Aliás, a pouca expressividade geral das lucernas de bico redondo, exclusivas da Fase 4, é justamente sintoma de que este convívio ocorreu em momento anterior ao êxito que estas tiveram, como veremos adiante.

3. O conjunto lychnológico

O conjunto de lucernas romanas, recolhidas durante as 12 campanhas realizadas até ao momento em Monte dos Castelinhos, soma um total de 180 fragmentos. Estes distribuem-se por três séries (fig. 8): de tradição helenística; tardo-republicanas; e de volutas. Infelizmente, como é frequente nos conjuntos deste tipo de artefactos, os fragmentos inclassificáveis, que não permitem, portanto, determinar a que série pertenceram, representam a maioria (99 fragmentos). Esta situação viu-se agravada quando se procedeu à classificação das formas concretas das peças, não tendo sido possível determinar a forma de 112 fragmentos.

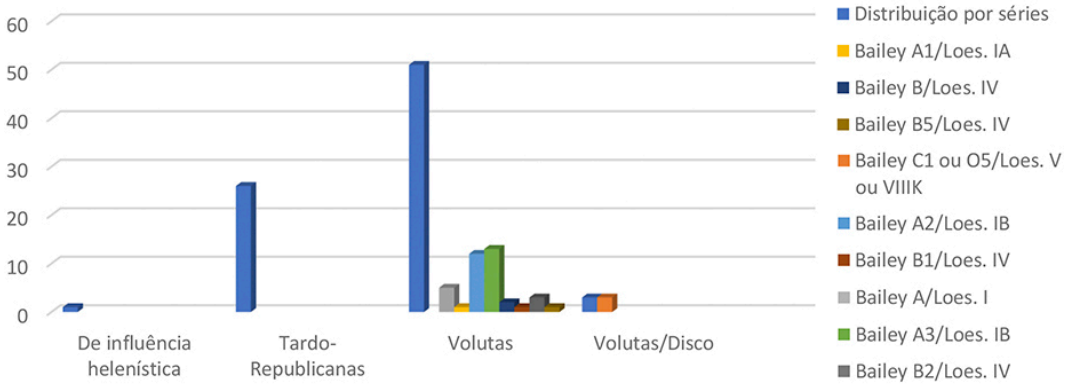

Figura 8. Gráfico de distribuição das lucernas de Monte dos Castelinhos por séries e por formas da série de volutas.

Da totalidade do conjunto, 148 fragmentos são provenientes da Sondagem 8, área onde se documentaram sobretudo as Fases 3 e 4, 23 lucernas foram recuperadas na Sondagem 4, cujos níveis eram maioritariamente das Fases 1 e 2 e, consequentemente, as lucernas romanas-republicanas são sobretudo desta área. Das restantes, 8 lucernas foram recuperadas na Sondagem 5 e uma foi recuperada na Sondagem 7.

Das séries identificadas, um fragmento pertence à de lucernas de tradição helenística, tendo-se reconhecido 26 exemplares de lucernas tardo-republicanas. A boa conservação dos exemplares romano-republicanos reflecte-se na classificação quase total do conjunto.

Este panorama encaixa na realidade que tem vindo a ser desvendada para o sítio, ou seja, uma fundação *ex novo* estabelecida após a Primeira Guerra Civil Romana (Pimenta, 2013; 2015; Pimenta e Mendes, 2014; Pimenta e Mendes, no prelo2). Com efeito, o quadro de utilização de lucernas romano-republicanas de Monte dos Castelinhos é consideravelmente distinto do de outros sítios que findaram antes ou durante aquele conflito, como é o caso, por exemplo, de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: 151-160). Neste recinto militar as lucernas identificadas pelo investigador alemão encaixam integralmente na série de tradição helenística, revelando uma situação bem distinta. Contudo, deve ter-se em consideração que, no caso dos Castelinhos, as lucernas romanas-republicanas foram recolhidas sobretudo em contextos de abandono da segunda fase de ocupação do local, motivo pelo qual o consumo de lucernas se aproxima mais de sítios que têm sido considerados de meados ou segunda metade do século I a.C., de que são exemplo a Lomba do Canho (Nunes et al., 1990) ou Santarém (Pereira, 2014).

Assim, este conjunto não contraria a possibilidade de que a transição de uma para a outra série se dê por volta de meados daquela centúria (Buora, 2017: 28-32), pois, além do que foi dito sobre o conjunto aqui em análise, as lucernas representavam um ritmo de consumo mais lento e tardio (Nunes et al., 1990: 85-86), quando comparadas com outras categorias cerâmicas contemporâneas. Além disso, esta situação justifica também o contraste dos

conjuntos com sítios que, iminentemente de índole militar (Ulbert, 1984: 151-160), tinham garantido o acesso ou o fabrico destes produtos, ou de outros que tinham uma eventual relação com aqueles, com é o caso de La Loba (Passelac, 2002: 277-278). De facto, no Ocidente peninsular, as lucernas não parecem ter gozado de uma aceitação generalizada (Fabião, 1998: II, 438), situação que somente se alterou durante ou após o conflito cesariano.

No entanto, além de um exemplar tardio recolhido já em contexto alto-imperial, o conjunto de lucernas romanas-republicanas não será abordado neste estudo. As linhas precedentes têm como objectivo dar apenas um panorama geral do conjunto, estabelecendo a linha de partida da série que se lhe seguiu: a de volutas. Esta opção deve-se ao facto de que o referido conjunto se encontra de momento em estudo no âmbito do doutoramento de um de nós (J.P.).

Assim, a exposição dos dados é quase exclusiva para a série alto-imperial de volutas (fig. 8). Atendendo à diversidade do conjunto, para a classificação dos fragmentos apoiámo-nos em vários trabalhos, permanecendo incontornável, ainda assim, a tipologia de Dressel (1899), posteriormente actualizada e melhorada por Nino Lamboglia (1952). Todavia, com este estudo ficou claro que a consulta deste trabalho não pode ser exclusiva, motivo pelo qual nos apoiámos igualmente em obras mais recentes que oferecem uma maior diversidade de formas e pormenores estilísticos (Loeschcke, 1919; Bailey, 1980; Bussière, 2000).

Simultaneamente, foi realizada uma observação atenta das pastas procurando determinar a origem de cada fragmento. Como é frequente nestes conjuntos, a elevada depuração das pastas nem sempre o permite. Procurámos ainda expor o contexto de recolha para cada um dos exemplares discutidos, averiguando a correspondência das cronologias deste com o das formas. Finalmente, a análise iconográfica e a epigráfica não foram esquecidas, abordadas em subcapítulos separados.

3.1. Análise crono-tipológica

3.1.1. As Vogelkopflampen (série de lucernas tardo-republicanas) em contexto imperial

Como dissemos, optámos por incluir neste estudo um exemplar de lucerna tardo-republicana que, embora a sua produção se inicie em meados do século I a.C. (Pavolini, 1987: 145), prolongou-se até ao reinado de Augusto (Morillo, 1999: 58), situação que determinou a sua datação entre 20 a.C. e 10 d.C. (Ricci, 1974: 205). Foi a ausência deste tipo nos acampamentos de *Vindonissa* (Loeschcke, 1919) e Hofheim (Ritterling, 1913: 81), datados a partir do reinado de Tibério, que determinou o *terminus ante quem*.

Trata-se de um fragmento de disco e parte do bico, com a característica decoração em forma de cabeça de ave, que integra o tipo Dressel 4 de provável importação centro itálica (fig. 9, n.º 1 e 1a), denominadas como *Vogelkopflampen*. Foi recuperado na Sondagem 4, na U.E. [126] do Ambiente 12. O estrato formou-se após o colapso e abandono dos contextos da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, situação que obriga a considerá-la de momento contemporâneo ao da Fase 3.

As lucernas do tipo Dressel 4 constituem a última das formas republicanas e a que gozou de maior sucesso e difusão (Ricci, 1973: 200), situação que foi atribuída à simplicidade morfológica e à utilização sistemática do molde na sua execução (Morillo, 1996). A sua morfologia é definida pelas linhas elegantes do disco, sem decoração, sobressaindo a estilização em forma de cabeça de ave na ligação ao bico. Possui asa de anel e o fundo é circular e, ao contrário dos exemplares das formas 1, 2 e 3, é sempre plano (Ricci, 1973). Com base nos dados da estratigrafia de *Albintimilium*, assim como dos acampamentos do *Limes* germânico (Haltern, Oberaden, Neuss e Lorenzberg), Ricci estabeleceu as margens cronológicas destas produções entre 20 a.C. e 10 d.C. (1973: 205). Porém, novos dados permitiram ajustar a sua cronologia, associando-a ao principado de Augusto, prolongando-se a sua circulação até final do reinado de Tibério (Morillo, 1996: 105). Esta proposta cronológica condiz com os contextos de recolha do exemplar de Monte dos Castelinhos, estando associado a um nível que cobria os derrubes do muro perimetral que delimita o conjunto urbanístico da Sondagem 4. Esta situação deixa claro que, quando se formou este estrato, aquelas construções já se encontrariam colapsadas.

As lucernas *Vogelkopflampen* constituem, nas palavras de Ángel Morillo "un índice romanizador de primer orden […]" (1996: 118). A sua vinculação com o mundo militar tem sido enfatizada e encontra-se bem testemunhada no caso do *limes* germânico. Nos últimos anos tem sido igualmente sublinhada a sua relação com o mundo do Noroeste peninsular (Morillo, 1999).

No território português esta lucerna encontra-se escassamente divulgada, tendo-se dado à estampa: um exemplar da mina da Serra de Caveira, Grândola (Fabião, 1998: 435); um exemplar do Museu de Beja (Almeida, 1953: Lám. XXX, n.º 8); dois exemplares de proveniência desconhecida do Museu Nacional de Arqueologia (Almeida, 1953: Lám. XXX, n.º 9 e 10); um exemplar de Conímbriga (Alarcão et al., 1976: Lám. XXVIII, n.º 102) e dois exemplares de Braga (Morais, 2005: 319).

3.1.2 As lucernas da série de volutas

Como foi referido antes, neste estudo apenas nos restringiremos ao estudo do conjunto de lucernas alto-imperiais que, as que permitiram classificação, se integram quase exclusivamente na série de volutas. Do total de fragmentos de lucernas imperiais, concretamente 153 NFR, somente 41 permitiram classificação. No entanto, embora mais de dois terços do conjunto não permita considerações, o panorama global confirma que, provavelmente, o sítio praticamente não chegou a importar lucernas da série de disco, situação que demonstra que a ocupação não deverá ter alcançado as últimas décadas do século I d.C. A este assunto voltaremos mais adiante.

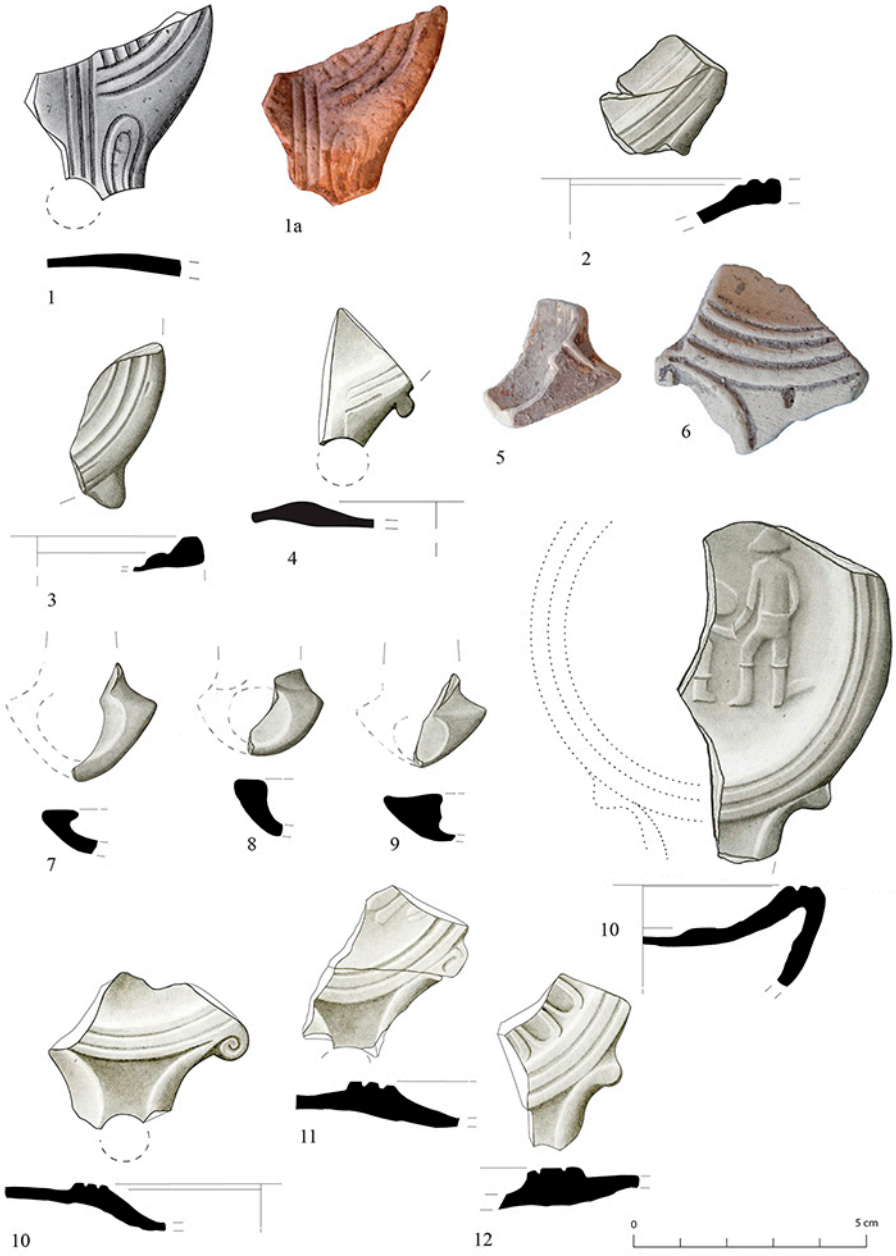

Figura 9. Lucernas de Monte dos Castelinhos. N.º 1 – Dressel 4 (n.º inv. 17400); N.º 2 e 3 – Dr. 9/Loes. I/Bailey A (n.º inv. 8833 e 8916); N.º 4 - Dr. 9A/Loes. IA/Bailey A1 (n.º inv. 11380); N.º 5 a 12 - Dr. 9B/Loes. IB/Bailey A2 (respecivamente: n.º inv. 5432; 5625; 8937; 8940; 9037; 11150; 11329; 11421; 11252). Desenhos de Inês Conde.

Dos 41 fragmentos classificáveis, 31 integram o tipo Dressel-Lamboglia 9, situação que, mais uma vez, é condicente com as considerações que têm sido obtidas para o sítio (Pimenta, 2013; 2015; Pimenta e Mendes, 2014; Pimenta e Mendes, no prelo2) e que permitem antever um enquadramento essencialmente centrado na dinastia dos Júlio-Cláudios. Todavia, embora reduzido, quando comparado com a totalidade dos NFR, este exíguo conjunto permite um desdobrar em formas concretas das tipologias de Donald Bailey (1980; 1988) e de Jean Bussière (2000). Apesar de estes catálogos terem sido construídos para outras zonas do Império, permitem um enquadramento mais preciso para os fragmentos que aqui se tratam.

Apesar disso, cinco fragmentos (fig. 9, n.º 2 e 3) oferecem partes da lucerna que permitem integrá-las inequivocamente neste tipo (Dressel-Lamboglia 9; Loeschcke I; Bussière B I), mas que, por serem de reduzidas dimensões, não foi possível determinar o grupo a que pertencem (Bailey, 1980). Assim, alguns fragmentos de bico ou de volutas foram classificados genericamente no tipo Dressel-Lamboglia 9, equivalente ao tipo A de Bailey.

Dos restantes, outro fragmento (fig. 9, n.º 4) integra o tipo Loeschcke IA, correspondente ao Grupo 1 do tipo A de Bailey e ao tipo B I 1a de Bussière. Este tipo, característico de um canal que liga o bico com o disco (Morillo, 2015: 351-352), foi considerado, em parte, o resultado evolutivo morfológico das produções tardo-republicanas (Malagoli, 2016: 82). Oferece o típico bico triangular desta série, estreito e anguloso, ornado com volutas volumosas e salientes compostas por enrolados bem definidos e em forma de botão.

O tipo A1 é, justamente, aquele que oferece o canal, bem marcado na peça (Bailey, 1980: Q757-758) ou ladeado por relevos internos (Bailey, 1980: Q753-754). As molduras que envolvem o disco são geralmente simples e pouco profundas, horizontais ou levemente oblíquas. Uma cronologia centrada nos reinados de Augusto e Tibério tem sido aceite para estas lucernas (Bailey, 1980: 154), situação que parece estar de acordo com o contexto de recolha deste fragmento, proveniente do ambiente 40 (U.E. [411]) da sondagem 8. Este estrato corresponde a um nível associado à ocupação da primeira fase de uso da rua, datado do principado de Augusto.

Conquanto este tipo esteja bem documentado em outras áreas do Império em contextos balizados entre 25/20 a.C. e o final do reinado de Tibério, como é o caso da Gália (Malagoli, 2016: 317), da Península Itálica (Fitch e Goldman, 1994: 84) ou do *Limes* Germânico (Bailey, 1980: 127), na Península Ibérica a situação parece ser distinta. Com efeito, os modelos antigos das lucernas de volutas de bico triangular são mais raros, conhecendo-se poucos casos (Palol, 1948-49: 247, n.º 35-37; Alarcão et al., 1976: 96, n.º 15; Rodríguez Neila, 1977: 394-96, n.º 33 e 35; Moreno Jimenez, 1991: 128-131; Casas e Soler, 2006: 166, n.º E21-22; Morais *et al.*, 2012: 503, n.º 33-34), situação que pode ser sintoma de um consumo mais lento destes modelos nesta fase, sobretudo na parte Ocidental da Hispânia.

Embora nem sempre seja possível fazer esta distinção em conjuntos bastante fragmentados, como é o caso, foi possível identificar 12 fragmentos (fig. 9, n.º 5 a 12) que parecem integrar o tipo seguinte, concretamente o tipo A2 de Bailey, correspondente à forma IB de Loeschcke (1919: 26-27; Morillo, 2015: 352-353) e ao tipo B I 1b de Bussière. Nestes

casos o canal que determinou a forma precedente desaparece, ficando o disco completamente fechado, e o bico ganha volume. As molduras são maioritariamente simples, mas começam a ser morfologicamente cada vez mais variadas na sua complexidade, com sulcos mais profundos e molduras com larguras diversificadas (Pereira, 2014: 18, fig. 10; Malagoli, 2016: 83, fig. 39). Nestes casos, as volutas são mais salientes do que no tipo precedente, destacando-se mais de metade do seu volume (alto-relevo), e mais definidas, formando um rolo espesso que sobressai quase totalmente da parede do reservatório.

A cronologia deste tipo não difere consideravelmente da do anterior, podendo, contudo, prolongar-se no tempo. Com efeito, quer no tipo A1 quer no A2 foram consideradas peças que surgem em Itália durante o final do século I a.C. (Bailey, 1980), mantendo-se até ao final do reinado de Tibério, enquanto que para a Gália o pináculo do seu consumo foi considerado entre 5 e 10 d.C. (Hanotte, 2008: 130-131; Malagoli, 2016: 83).

Estas lucernas oferecem um mapa de dispersão consideravelmente mais denso do que o tipo precedente. Considerando-se o seu ponto de origem a área de Roma (Morillo, 1999: 76), rapidamente foi reproduzido em outras oficinas do Império, como é o caso de Montans (Berges, 1989: 36-40), situação que justifica o seu maior êxito. Também na Península Ibérica foi reproduzido (Pereira, no prelo), concretamente em Mérida (Rodríguez Martín, 1996: 143-147), em *Tarraco* (Bernal, 1993: 153), em Tarazona (Amaré et al., 1983: 96) em Herrera de Pisuerga (Morillo, 1992: 168), em *Hispalis* (Vázquez Paz, 2012) e em *Caesaraugusta* (Hernández 2015; Morillo 2015: 384).

Os exemplares de Monte dos Castelinhos foram recolhidos integralmente na sondagem 8. Destes, metade foi recuperada em estratos da Fase 3 da ocupação alto-imperial, enquadrada nos reinados de Augusto e Tibério, integrando os restantes os níveis da Fase 4. Embora esta situação possa indicar que as lucernas da fase mais recente estejam desvirtuadas do seu contexto, a sua produção pode ter-se prolongado para lá do final do reinado de Tibério.

Também abundante é o conjunto de lucernas que integra o tipo A3 de Bailey, também equivalente aos tipos Loeschcke IB, Dressel-Lamboglia 9B e Bussière B I 2 e B I 3. Com efeito, 13 fragmentos (fig. 10) parecem ostentar pormenores morfológicos que os permitem considerar neste tipo. Este modelo foi, sem dúvida, uma das formas que mais se produziu e consumiu durante a primeira centúria e representa a soma evolutiva das características dos tipos precedentes, desde as últimas lucernas tardo-republicanas às de que se falou antes. Produzido nos mesmo sítios que antes foram mencionados, este tipo é o que oferece o bico triangular mais amplo e as volutas, que continuam a estar unicamente voltadas para o disco, tendem a ficar cada vez mais simples, perdendo a típica definição da voluta enrolada. Além disso, as volutas dão agora a ilusão de que se fundem com o corpo da lucerna, sobressaindo menos de metade ou metade do seu volume (baixo-relevo). Se nos modelos anteriores as molduras tendiam a ser homogéneas, nestas lucernas são mais variadas, notando-se uma clara preferência pelos modelos com espessuras diversas (Pereira, 2014: 18, fig. 10, tipo IC; Malagoli, 2016: 84, fig. 40, tipo L.3a e 3b). Este tipo de moldura parece ter-se generalizado por volta de meados do século I d.C., mantendo-se nas formas de lucernas posteriores (Pereira, 2014: 19).

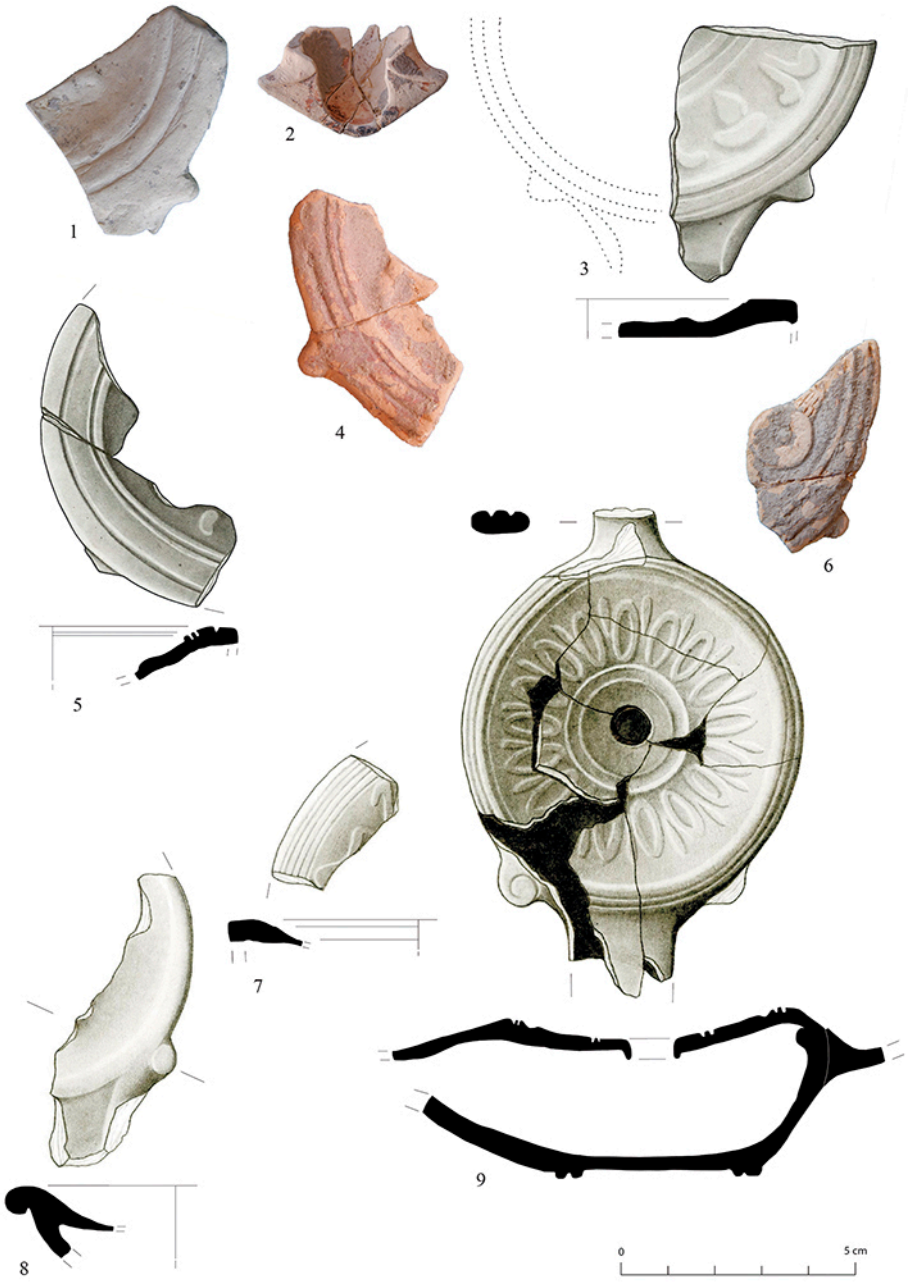

Figura 10. Lucernas de Monte dos Castelinhos da forma Dr. 9B/Loes. IB/Bailey A3 (respectivamente, n.º inv. 5828; 5837; 9061; 9042; 9035; 9545; 11258; 11378; 11092). Desenhos de Inês Conde.

Embora se considere maioritário a partir do reinado de Cláudio (Bailey, 1980), este modelo de lucerna parece surgir ainda durante o governo de Tibério, embora outros autores o considerem a partir de final do reinado de Augusto (Malagoli, 2016: 84). Com independência do debate sobre o momento específico em que aparece no registo arqueológico, certo é que foi o modelo mais abundante, mantendo-se em produção até, pelo menos, ao início da dinastia dos Flávios (Bussière, 2000).

Tal como aconteceu com o tipo A2, também alguns fragmentos destas lucernas foram recuperados em níveis da Fase 3, concretamente quatro, situação que está de acordo com o início da sua produção. Não obstante, a maioria foi recolhida nos estratos da Fase 4, datada entre final do reinado de Tibério e o final da dinastia dos Júlio-Cláudios, cronologia que coincide perfeitamente com o momento em que estas lucernas mais terão circulado.

As lucernas de volutas de bico redondo são, comparativamente com as de bico triangular, mais escassas no sítio, tendo-se reconhecido somente sete exemplares. No entanto, não é demais insistir que esta menor expressividade das lucernas de bico redondo pode ser devida à elevada fragmentação do conjunto. Aliás, tal como nos exemplares de bico triangular, dois dos fragmentos (fig. 11, n.º 1 e 2) não conservavam pormenores tipológicos que permitam uma classificação mais precisa, motivo pelo qual se apresentam aqui inseridos genericamente no tipo Dressel-Lamboglia 11, equivalente ao tipo Loeschcke IV, Tipo B de Bailey e Bussière B III. Dos restantes cinco, um integra o tipo B1 (fig. 11, n.º 3), três o tipo B2 (fig. 11, n.º 4 e 5) e outro o tipo B5 (fig. 11, n.º 6) de Bailey.

Este tipo de lucerna distingue-se, além do bico redondo, que nos modelos mais antigos tende a ser de pequena dimensão, pela presença de volutas duplas que vão evoluindo para elementos cada vez mais destacados. A situação inversa pode ser considerada para o disco, que, começando por ser o elemento mais destacado nas peças mais antigas, se vai convertendo num espaço mais reduzido em detrimento das orlas.

A forma precoce, da qual se identificou apenas um fragmento de produção indeterminada, mas que pode corresponder a uma importação itálica, correspondente ao tipo B1, com origem na Itália, e para a qual se tem considerado uma cronologia entre os reinados de Augusto e Cláudio (Bailey, 1980; Bussière, 2000), embora outros autores não a considerem para lá do reinado de Tibério (Malagoli, 2016: 86). Esta datação está confirmada pelo facto de este modelo se ter inspirado no tipo Bailey A1, tendo um bico de reduzidas dimensões e o disco envolvido por molduras complexas, por vezes perladas, como é o caso, de secção muito vincada.

Este tipo é muito raro no registo arqueológico e tem sido pouco divulgado, situação que se pode dever, em parte, ao facto de não ser fácil de reconhecer. Aliás, esta mesma situação foi reconhecida para a Gália (Malagoli, 2016: 86) e para a Argélia (Bussiére, 2000). O exemplar de Monte dos Castelinhos é proveniente de um estrato que integra a Fase 3, cuja cronologia concorda com a do tipo.

Situação bem distinta é a do tipo sucessivo, o tipo Bailey B2, que gozou de um sucesso bastante destacado patente no elevado número de exemplares que, geralmente, se encontra nos sítios romanos de ocupação alto-imperial (Morilo, 1999: 87-89; 2015: 357), sobretudo

desde o reinado de Cláudio. As características deste tipo parecem reproduzir as das lucernas de bico triangular, divergindo notavelmente na forma do bico, mantendo, como se disse antes, um disco bastante amplo. Porém, a partir do terceiro quartel do século I d.C. surgem dois modelos ligeiramente distintos, o tipo B3 e o B4, que variam sobretudo na forma das molduras e na dimensão do disco. Esta evolução das lucernas de volutas de bico redondo resulta numa moldura tendencialmente ampla e arredondada (Pereira, 2014: 19).

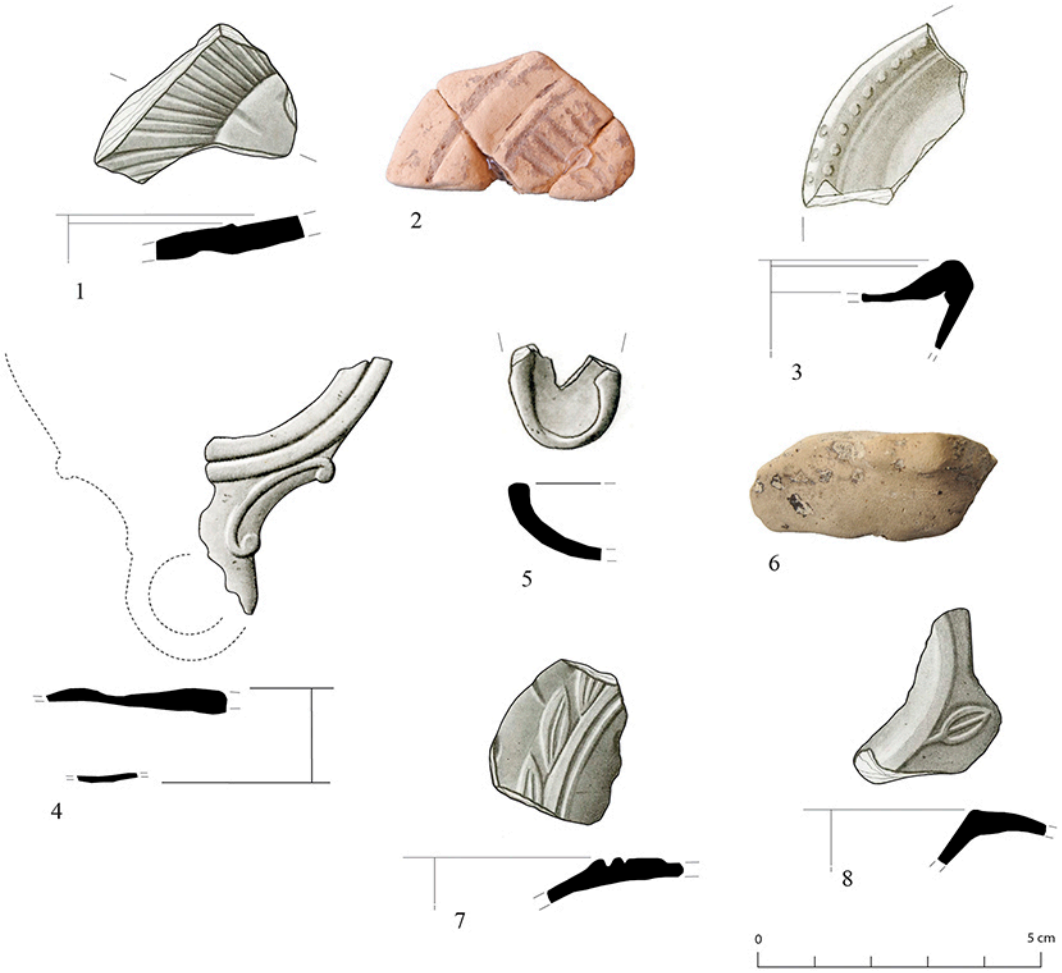

Figura 11. Lucernas de Monte dos Castelinhos. N.º 1 e 2 - Dr. 11/Loes. IV/Bailey B (n.º inv. 9063 e 9064); N.º 3 - Dr. 11/Loes. IV/Bailey B1 (n.º inv. 11159); N.º 4 e 5 - Dr. 11/Loes. IV/Bailey B2 (n.º inv. 5835 e 5829); N.º 6 - Bailey B5 ou Den. VG (n.º inv. 9538); N.º 7 e 8 - Loes. V/Bailey C ou Bailey O (n.º inv. 9033 e 9050). Desenhos de Inês Conde.

Como se pode constatar, a convivência de muitos destes tipos acarretou uma permeável influência entre todos eles, embora os modelos precoces marquem a tendência evolutiva. Porém, este tipo concreto não está documentado para lá do limiar do século II d.C., como, aliás, se constatou em outros sítios portugueses (Pereira, 2012; 2014; Pereira e Arruda, 2016; Vieira, 2011). No entanto, esta prolongação no tempo não deverá ser aplicável ao conjunto do Monte dos Castelinhos, pois a completa ausência de exemplares da série de disco típicos da segunda centúria, com os quais estas lucernas convivem a partir das últimas décadas do século I d.C. (Malagoli, 2016: 91), estando documentadas em Pompeia (Deneauve, 1969: 165; Cerulli, 1977), não permite considerar este conjunto para lá do final da dinastia dos Júlio-Cláudios.

Com excepção do fragmento pertencente à variante precoce, a quase totalidade dos fragmentos tem pastas que considerámos originárias de oficinas hispânicas da área meridional da península. Com efeito, a maioria das pastas é de tonalidade bege, com escassas inclusões e bastante polvorentas. Apesar disso, não descartamos a possibilidade de que algumas peças tenham sido fabricadas na área do baixo-Guadalquivir, já que nem sempre é possível distinguir aquelas destas pastas, como ficou demonstrado pelos exemplares da *figlinae* identificada em Sevilha (Vázquez Paz, 2012).

De facto, já foi referido que este é o tipo mais frequente na área meridional e ocidental da Península Ibérica (Morillo, 1999: 89), motivo pelo qual facilmente se pode aceitar que aí terá sido reproduzido em vários locais (para uma síntese das produções hispânicas *videm* Morillo, 2015; Pereira, no prelo), como parece ser o caso de Braga (Morais, 2005: 366-379; Morais et al., 2012), de Tarazona (Amaré et al., 1983; Amaré e Aguarod, 1987), de Mérida (Rodríguez Martín, 1996: 143-147), de *Italica* (López Rodríguez, 1981: 19-20) ou de Córdoba (Bernal, 1993: 214-215).

Os três exemplares deste tipo foram recuperados na Rua Ambiente 40 da Sondagem 8, concretamente na U.E. [360], que integra os contextos da Fase 4. Este espaço público possibilitou a recolha de um abundante conjunto de materiais arqueológicos que concorda com a cronologia que estas lucernas oferecem.

Além destes exemplares de bico redondo foi ainda reconhecido um fragmento de uma lucerna que deverá corresponder ao tipo Bailey B5. Também este tipo não é frequente nos conjuntos lychnológicos hispânicos, motivo que nos obriga a ser cautos quanto à sua classificação. Lembramos, aliás, que esta característica é frequente numa lucerna contemporânea, concretamente a de tipo Bailey G/Deneauve VG. Ainda assim, atendendo à parte a que corresponde a lucerna, a aleta, e às suas características estilísticas não é improvável que integre, de facto, aquele modelo. A lucerna do grupo B5 de Bailey é em tudo idêntica aos tipos de que falámos antes, mas à qual foram adicionadas aletas a ambos lados do corpo. Para estes exemplares a cronologia averiguada está balizada entre o reinado de Cláudio e o final da dinastia dos flávios (Bussière, 2000).

O exemplar de Monte dos Castelinhos foi recuperado na sondagem 8, no estrato [427], o qual foi integrado na Fase 4, cuja cronologia, mais uma vez, está de acordo com a que foi considerada para este tipo de lucernas.

Do conjunto devemos ainda mencionar a existência de três fragmentos (fig. 11, n.º 7 e 8) que podem integrar o tipo Loeschcke V, Bailey C1, com equivalência no tipo B IV 4 ou B IV 7 de Bussière. Trata-se de fragmentos de orlas que oferecem motivos decorativos vegetalistas e que, embora não seja frequente, podem ter integrado lucernas deste tipo. Porém, devemos reconhecer que estes mesmos fragmentos podem ter correspondido a lucernas do Tipo O de Bailey, provavelmente do grupo O5, equivalentes aos tipos Dressel-Lamboglia 17/19, Loeschcke VIIIK e Bussière D I. Também este tipo tem geralmente orlas muito amplas, com molduras mais evoluídas, em alto-relevo e de perfil quadrangular ou rectangular (Pereira, 2014: 19, Tipo VA ou VIA; Malagoli, 2016: 88, Tipo L.8b).

Embora seja tentador considerar estes fragmentos no primeiro tipo, devemos reconhecer que este integra sobretudo exemplares com motivos simples (pérolas, óvulos ou folhas impressas), situação que não condiz com os fragmentos que aqui consideramos. Estes ostentam claramente folhas em relevo, provavelmente de louro ou mirto, motivos que são mais frequentes no grupo O5 estabelecido por Bailey (1980), ainda que estejam igualmente documentados em exemplares de volutas (Casas e Soler, 2006: 220, E312). Apesar da dificuldade em classificar estes fragmentos, esta situação não afectará consideravelmente as apreciações cronológicas do conjunto, já que quer um quer o outro tipo terão surgido em momento enquadrável entre o final do reinado de Cláudio e o de Nero (Loeschcke, 1919: 51; Bémont, 2003; Malagoli, 2016: 88-91), embora outros autores a considerem a partir de meados da mesma centúria (Bailey, 1980: 296).

A mesma situação não é aplicável à distribuição do conjunto pelas séries identificadas. Caso estes fragmentos se integrem no tipo O de Bailey, estamos claramente perante os únicos fragmentos correspondentes à série de disco. Ainda que esta situação não pareça comprometer a datação geral do conjunto, é notável a possibilidade de que estes correspondam aos mais antigos exemplares da série no Ocidente. Os três fragmentos foram recolhidos no ambiente 40 da sondagem 8, nas U.E.s [363], [366] e [405]. Destas, as primeiras correspondem a contextos da Fase 4 e a última da Fase 3.

A origem das cerâmicas de iluminação de Monte dos Castelinhos está de acordo com o que se tem considerado acerca das produções lychnológicas hispânicas (Morillo, 2015: 382-385; Pereira, no prelo). A esmagadora maioria do conjunto oferece pastas de características que têm sido atribuídas à área meridional da Península Ibérica, com excepção apenas de alguns escassos fragmentos (quatro NFR) a que não foi possível atribuir uma eventual origem. Além destes, lembramos a possibilidade de um dos fragmentos classificados poder corresponder a uma importação itálica, mas que, ainda assim, merece alguma cautela. Também o fragmento que foi integrado no grupo 5 do tipo B de Bailey ostenta uma pasta difícil de determinar uma origem, motivo pelo qual não arriscámos qualquer proposta.

3.2. Análise iconográfica

Tal como aconteceu durante o processo de classificação do conjunto, também os exemplares decorados representam uma pequena parte, concretamente 19% do total. Assim, 29 NFR ostentam decorações ou porções dos relevos que compunham a ornamentação, que se distribuem, essencialmente, por quatro grupos iconográficos: o da religião e mito; o da vida quotidiana; o da flora e desenhos florais; e o das decorações geométricas. Todavia, devemos ainda mencionar que para muitos fragmentos (12 NFR) não foi possível averiguar o tipo de decoração, situação que, uma vez mais, atribuímos ao elevado estado de fragmentação do conjunto e à reduzida área decorada conservada.

As decorações aplicadas nos ombros das lucernas totalizam três exemplares, de que já falámos antes, e integram o grupo iconográfico da flora e desenhos florais. Trata-se de exemplares decorados com folhas de louro ou mirto, em relevo, bem demarcados na superfície da peça e com espaçamentos mais ou menos amplos entre cada folha (Casas e Soler, 2006: 149, E1011 e E733). Estas decorações parecem surgir com os primeiros modelos de lucernas com as orlas decoradas, é o caso dos tipos C e O de Bailey e B IV e D I de Bussière, aplicados durante o último terço do século I e a primeira metade do século II.

As decorações aplicadas no disco oferecem composições mais complexas. Porém, não oferecem uma ampla diversidade de motivos figurativos, cinco NFR, sendo mais frequentes os motivos vegetalistas e geométricos, concretamente 12 NFR.

Naqueles foi possível identificar um fragmento de disco passível de ser integrado no grupo iconográfico da religião e mito, correspondendo a uma figuração (fig. 12, n.º 1) da subcategoria dos animais mitológicos - o grifo. O motivo representado, contudo, não é muito frequente. Trata-se de um grifo alado, virado para a esquerda, sobre uma presa. Tem o corpo bem definido, a plumagem das asas não se conserva bem, mas notam-se os relevos. A cabeça não se conserva. Com a pata direita prende a presa, provavelmente um cervídeo jovem. É frequente este animal aparecer sozinho centrado no disco da lucerna.

Os grifos, animais mitológicos com corpo de leão e cabeça de águia, são frequentes na arte plástica greco-romana (Morillo, 1999: 196) e também na arte lychnológica. Estes animais são particularmente abundantes nos exemplares da série de volutas, tendo-se estampado dois punções ligeiramente distintos, nos quais este aparece sozinho. Apesar disso, outros motivos mais raros são reconhecidos (Bailey, 1980: 41-42, Q755-Q767). Todavia, o motivo que aqui se apresenta não foi considerado pelo autor, situação que se reflecte na dificuldade que sentimos em estabelecer paralelos. Embora aquelas representações transitem para os modelos da série de disco, o mesmo não deverá ter acontecido com este caso.

No grupo iconográfico da vida quotidiana pudemos incluir quatro fragmentos de disco (fig. 9, n.º 10; fig. 10, n.º 6 e 7; fig. 12, n.º 2). No entanto, deste somente três deles permitem uma classificação mais pormenorizada, um correspondendo a um ginete, os restantes passíveis de ser integrados na subcategoria das cenas de anfiteatro.

A representação do ginete (fig. 12, n.º 2) é de estilo simples, voltado para a direita, embora os pormenores pareçam ter-se esbatido devido à fragilidade da pasta. O cavaleiro

monta um cavalo sem sela, está em posição de corrida e tem, como único elemento de equilíbrio e agarre, as correias que estão ligadas à cabeçada do animal. O cavalo tem as patas dianteiras elevadas e flectidas paralelamente, pormenor que sugere um movimento rápido de corrida.

As representações de cavaleiros e ginetes, alguns associados a jogos lúdicos (Casas e Soler, 2006: 104) ou actividades quotidianas (Bussière e Wohl, 2017: 171, n.º 252bis), outros a contextos militares (Morillo, 1999: 203-204), são abundantes nos conjuntos de lucernas romanas. Tal como no caso anterior, também estas representações aparecem com os modelos da série de volutas, concretamente nos da segunda metade do século I d.C., mantendo-se nos da série seguinte. Infelizmente, o fragmento de Monte dos Castelinhos não permitiu classificação, para o qual também não encontrámos paralelos, e o fragmento mais idêntico, de Ampúrias (Casas e Soler, 2006: E374), está voltado para a esquerda.

Os outros dois fragmentos integram a subcategoria das cenas de anfiteatro. Uma delas ostenta um gladiador (fig. 9, n.º 10), de costas voltadas, segurando o escudo e portando o capacete plumado. Embora se conserve apenas um, a cena completa tem dois gladiadores (*hoplomachi*), um em posição de derrota e o outro em posição de vitória.

Embora as cenas de anfiteatro sejam muito abundantes nos reportórios lychnológicos, este punção parece ser mais raro, situação que pode estar relacionada com o facto de este motivo se limitar, aparentemente, a exemplares da série de volutas. Com efeito, o fragmento de Monte dos Castelinho foi integrado no tipo A2, equivalente ao tipo B I de Bussière, classificação que foi também reconhecida para os exemplares de Ampúrias (Casas e Soler, 2006: 107) ou do *limes* renano (Goethert-Polaschek, 1985: M.91 e M.100; Frermersdorf, 1942: 242). Ainda que este motivo composto não tenha ampla expressividade nos discos das lucernas, foi também aplicado em recipientes de *terra sigillata* (Hermet, 1934: 25), situação que demonstra que, embora raro, circulava entre os diferentes artesãos.

Não podemos ainda deixar de referir que esta composição iconográfica pode surgir separadamente. Com efeito, A. Morillo identificou um destes exemplares nos conjuntos do Norte da Península Ibérica (1999: 212, n.º 77), justamente o gladiador vitorioso. Ambos punções parecem estar associados unicamente a lucernas da série de volutas, situação que consente a sua datação no século I d.C.

O restante fragmento (fig. 10, n.º 6) conserva parte de uma composição iconográfica que pode, eventualmente, ser incluída na mesma categoria. Trata-se de um fragmento de disco, que classificámos como tipo A3, que ostenta parte do que seria uma disposição de equipamento militar em redor do orifício de alimentação. Conhecem-se exemplos de disposições de armas (Morillo, 1999: 213-215; Casas e Soler, 2006: 110-111; Pereira, 2014: 39), porém, nem todos correspondem a armamento militar, mas sim de de gladiadores, como, aliás, é o caso. O fragmento de Monte dos Castelinhos corresponde a uma representação de armamento militar e encontra paralelo em escassos exemplares (Bailey, 1980: Q1005; Bussière e Wohl, 2017: 78, n.º 102). Tal como no caso anterior, também este punção parece ter sido aplicado apenas nos modelos de volutas.

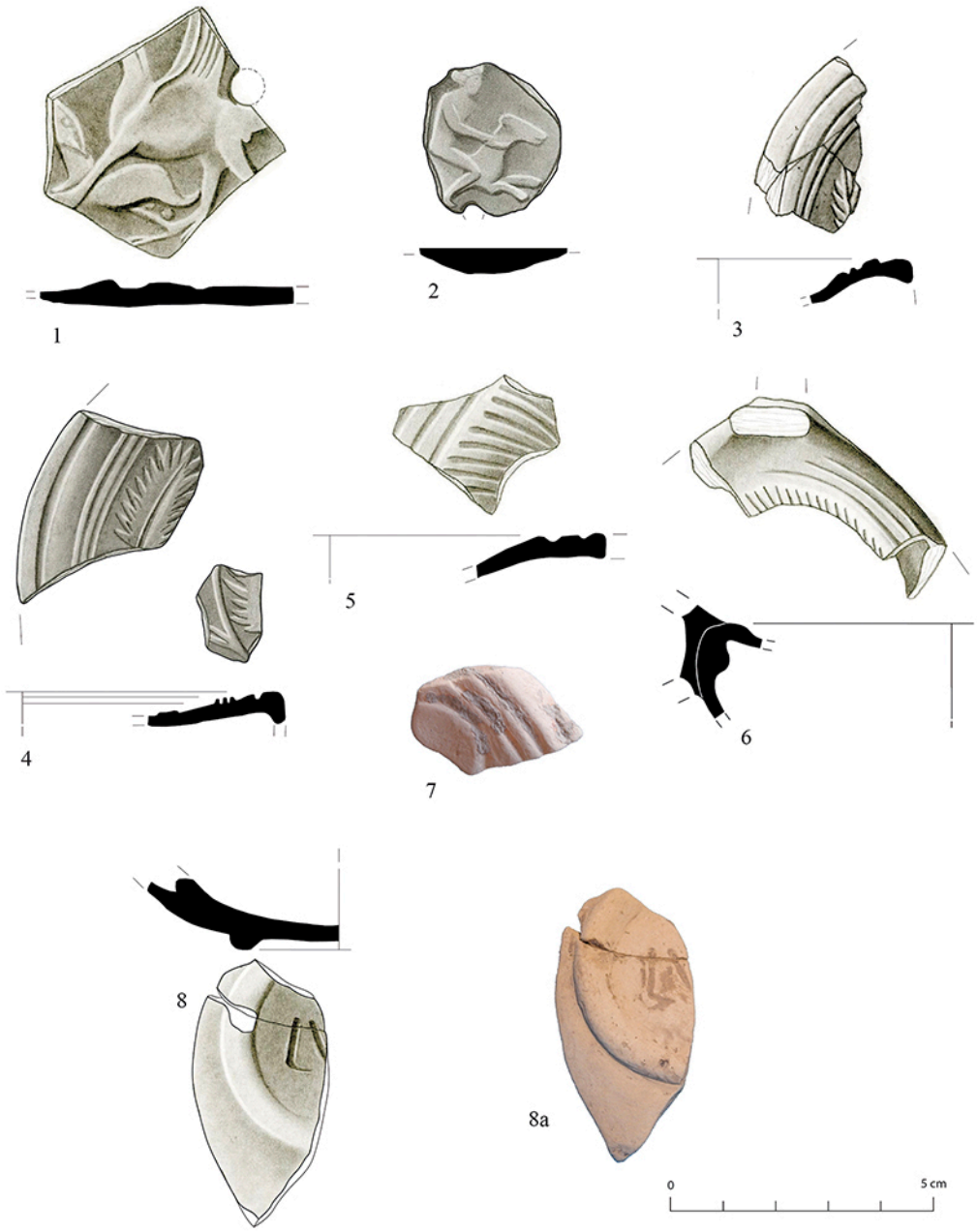

Figura 12. Motivos decorativos e marcas epigráficas. N.º 1 – Animais mitológicos (n.º inv. 11151); N.º 2 – Quotidiano (n.º inv. 8938); N.º 3 a 7 – Flora e desenhos florais (respectivamente: n.º inv. 5839; 9542; 11161; 11251; 5636); N.º 8 – marca epigráfica L·V[?] (n.º inv. 11250). Desenhos de Inês Conde.

As representações de flora e desenhos florais foram reconhecidas em oito fragmentos. Tendo-se já abordado as que oferecem estes motivos nas orlas, resta tratar os que tem representações vegetalistas no disco. Destes, um fragmento (fig. 12, n.º 3) conserva aquilo que parece ser parte de uma folha de palma. Com efeito, são frequentes as lucernas com folhas de palma representadas no disco (Palol, 1948-49: 255; Alarcão et al., 1976: 160; Morillo, 1999: 259; Casas e Soler, 2006: 142-144), parecendo evidente que a posição da do exemplar de Monte dos Castelinhos deveria estar acompanhada por outra.

Todavia, a disposição deste elemento, muito próximo às molduras da peça, assim como o estilo, fino e esguio, obriga a ponderar a possibilidade de que este elemento faria parte de uma representação mais complexa. Embora seja mais rara, a semelhança desta folha com a da representação do cavalo de corrida vitorioso (Bailey, 1980: Q3289) é bastante sugestiva. Por outro lado, já foi observado que aquelas representações parecem ser mais frequentes nos modelos de lucernas da série de disco, situação que não é aplicável à do cavalo vitorioso.

Outro fragmento (fig. 12, n.º 4) ostenta igualmente uma folha que estaria reflectida no outro lado do disco. Mais difícil é garantir a espécie a que pertenceu, uma vez que oferece um estilo distinto do que tem sido considerado (Bernal 1993: 164-166; Morillo, 1999: 258-259), mas a maioria dos autores sugere que se trata de uma folha de palma de cunho próprio (Casas e Soler, 2006: 144). Todavia, este motivo parece ser mais frequente em lucernas da série de disco, motivo pelo qual se tem considerado popular sobretudo durante o século II d.C., situação que contesta os tipos identificados e os contextos de recolha. Todavia, sendo verdade que se trata de um estilo próprio, semelhante ao das palmetas representadas nos reflectores das lucernas de tipo Dressel-Lamboglia 12, não se deve descartar que tenha uma origem durante a centúria precedente. O perfil dos ombros e molduras das lucernas que comentámos, de tipo IC ou IIIA (Pereira, 2014: 19, fig. 10), equivalente ao tipo L.3a (Malagoli, 2016: 84-85, fig. 40), sugere justamente que se trate de exemplares da série de volutas.

A este grupo iconográfico pertence ainda outro fragmento (fig. 10, n.º 3) que oferece uma grinalda de folhas de acanto e flores de lótus (Bussière, 2000; decoração de tipo IV.a.4.). Este motivo não é frequente nos conjuntos do Ocidente do Império, razão pela qual pode tratar-se de uma importação, sendo frequente em outras regiões em exemplares de volutas (Oziol, 1977: n.º 170; Di Filippo, 1988: n.º 853; Bussière e Wohl, 2017: n.º 94).

Resta ainda expor os fragmentos que conservam parte de rosetas. Dos três fragmentos identificados, dois oferecem rosetas de pétalas côncavas (fig. 12, n.º 5) e em sulco (fig. 12, n.º 6) dispostas em espiral, outro uma roseta de pétalas levemente côncavas dispostas a partir do centro (fig. 12, n.º 7) (Bussière, 2000: 208-209, decoração tipo IV.a.5). Ambos motivos são frequentes em lucernas de volutas, mas perdurando até, pelo menos, ao século III d.C.

Dos quatro exemplares que conservam motivos geométricos, dois deles oferecem bandas de linhas radiais próximas do ombro da peça (fig. 11, n.º 1 e 2), situação que sugere tratar-se, eventualmente, de fragmentos de lucernas do tipo Bailey B, Loeschcke IV. Todavia, ainda que estes motivos sejam frequentes nestas peças, é arriscado propor uma classificação concreta, pois já foi observado que estão igualmente presentes em lucernas do tipo D (Casas e Soler, 2006: 144).

3.3. A epigrafia

No conjunto apenas se conservou um fragmento de base com marca (fig. 12, n.º 8). A marca está inscrita em caracteres de grande dimensão, incisos, conservando-se a primeira letra, um L, seguido de um ponto que a separa da seguinte. A letra que se lhe segue está truncada, mas com relativa segurança se pode afirmar tratar-se de um V. Assim, esta marca deveria estar composta por três letras que ocupavam a maior parte do espaço e corresponderia a um *tria nomen*. Desconhecemos, contudo, qual seria a última letra, situação que deixa algumas possibilidades em aberto, concretamente: L.V.F., L.V.I., L.V.P. ou L.V.T.

Sobre estas, as considerações tecidas por A. Morillo permanecem actuais (1999: 296). No entanto, não podemos deixar de notar que quer o exemplar identificado pelo autor, quer os paralelos apresentados remetem para peças em que a marca foi disposta em relevo, contrariamente ao exemplar deste conjunto. Chama a atenção, contudo, um caso concreto, dado a conhecer por Moreno Jiménez (1991: 264, n.º 1572), no qual foi reconhecida a marca de L.V.T. A marca está realizada na base de uma lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 10, que foi considerada uma produção hispânica, da área de Riotinto. Todavia, esta marca levanta questões de difícil resposta, já que este mesmo exemplar havia sido publicado por J. Luzón (1967: 146, n.º 43), tendo considerado que a lucerna conservava a marca LAT, sem pontos a separar os caracteres. Quer a lucerna, de tipo Riotinto-Aljustrel, quer a marca, encontram paralelo num exemplar da mesma forma proveniente do Algarve (Almeida, 1953: 168, n.º 123).

Assim, embora as características da pasta do exemplar de Monte dos Castelinhos pareçam remeter para uma produção da área meridional da Hispânia e este conserve apenas duas das letras, L·V[?], de momento devemos ser cautelosos nas considerações. Parece provável que estejamos perante uma marca em que a primeira letra corresponda ao *praenomen*, motivo pelo qual a possibilidade de corresponder ao oleiro centro-itálico *Lvtativs* deverá ser improvável (Balil, 1968: 59; Bailey, 1975: 346, Q731; CIL XV, 6531), além de que foi impressa num tipo distinto e oferece uma grafia também distinta. Por outro lado, a proposta feita para o exemplar de León (Morillo, 1999: 298, n.º 40), ainda que válida para essa área, não deverá ser exequível para este conjunto.

4. Conclusões

O conjunto lychnológico de Monte dos Castelinhos, embora esteja constituído por fragmentos mal conservados, não tendo permitido, a maioria, uma classificação, revela-se bastante relevante para a confirmação das propostas de faseamento que foram construídas para o sítio e que se têm ajustado com o avanço no estudo dos conjuntos. Sendo verdade que, geralmente, são outras categorias cerâmicas que demarcam as primeiras propostas cronológicas, também o é que as lucernas correspondem a artefactos que podem dar importantes contributos.

As percentagens e os artefactos importados destinados à iluminação demonstram que existiu, de facto, uma ocupação continuada no sítio desde momento pós-sertoriano até ao final da dinastia dos Júlio-Cláudios ou início da dos Flávios. Todavia, nem sempre estes elementos

surgem nos estratos de utilização dos espaços, situação que, como é frequente, obriga a alguma elasticidade no entendimento do conjunto. Exemplo dessa realidade é justamente o caso da lucerna de tipo Dressel 4, que, embora a sua produção seja antiga, foi recolhida em contexto augustano.

As lucernas das séries de influência helenística e tardo-republicana foram recuperadas sobretudo na Sondagem 4 e 5, situação que se ajusta ao facto de ter sido nessas áreas que se registaram os principais vestígios da ocupação romana-republicana. Apesar disso, alguns fragmentos foram recuperados em outras áreas, situação que seguramente se deve à própria dinâmica demográfica do local, correspondendo estes materiais a evidências das transformações urbanísticas ocorridas. A mesma situação pode ser entendida para a ocupação alto-imperial, de que o conjunto aqui tratado é evidência.

A grande importância deste conjunto reside, contudo, no facto de integrar fases ocupacionais de um momento que geralmente se conserva bastante mal no registo arqueológico. O término da ocupação romana do Monte dos Castelinhos no final da dinastia dos Júlio-Cláudios ou início da dos Flávios, não tendo gozado, portanto, da renovação urbanística Flávia que transformou de forma considerada a paisagem urbana, fossilizou vestígios daquele momento. Assim, este conjunto de lucernas, quase exclusivo da série de volutas, oferece um elevado número de exemplares em contexto, que se ajustam modelarmente às balizas cronológicas que se têm proposto.

Por outro lado, ainda que o final da ocupação do Monte dos Castelinhos, como dissemos anterior à reformulação urbanística dos Flávios, obrigue a questionar os motivos que pesaram no seu abandono, este limite confirma também o momento em que se terá concretizado a transição da série de lucernas de volutas para a série de disco. Um de nós (Pereira, no prelo), com base em outros conjuntos, ponderou a eventual substituição de uma pela outra série durante as primeiras décadas do século II d.C., situação que parece ser confirmada pela ausência de lucernas de disco neste conjunto. De facto, as lucernas da série de disco ter-se-ão introduzido nos mercados durante o final da dinastia dos Júlio-Cláudios ou a dos Flávios, convivendo com os exemplares de volutas até ao início da centúria seguinte, momento a partir do qual uma série acabou por substituir a outra.

A exemplar conservação dos contextos deste sítio estremenho permite também algumas considerações sobre outro momento-chave acerca da produção e consumo das lucernas de volutas. A transição das lucernas de volutas de bico triangular para as de bico redondo é outro tema que tem ocupado os especialistas, situação que nem sempre é passível de ser debatida tendo como argumento a estratigrafia. É, pois, interessante reparar que todas as lucernas do tipo B de Bailey (Dressel-Lamboglia 11, Loeschcke IV) foram recuperadas em estratos da Fase 4, portanto posteriores ao reinado de Tibério, não sendo descabido intuir que a partir do reinado seguinte os dois modelos da série de volutas tenham convivido. A única excepção é o exemplar que foi considerado do tipo B1 de Bailey, mas que, como foi referido, corresponde a um modelo precoce inspirado nas primeiras lucernas de bico triangular.

Os 31 fragmentos integrados nas lucernas de bico triangular, por sua vez, distribuem-se de forma equilibrada pelas duas fases, concretamente 11 na Fase 3 e 14 na Fase 4. Esta

distribuição está de acordo quer com o faseamento da ocupação do sítio, quer com o momento de convivência das lucernas de bico triangular e redondo. A eventual substituição de umas pelas outras somente se terá concretizado durante a dinastia dos Flávios.

Também relevante é verificar que as considerações que se vêm registando acerca da evolução das orlas e molduras (Pereira, 2014; Malagoli, 2016) é um factor a ter em conta no momento de classificar e datar estes artefactos. Embora possamos admitir que esta evolução é mais difícil de apurar para as lucernas da série de disco, os modelos de volutas oferecem perfis que evoluem de forma notável, quer os de bico triangular quer os de bico redondo.

Justamente porque estamos a abordar a evolução da produção e consumo das lucernas e este conjunto permite corroborar muito do que já foi considerado para os conjuntos do Ocidente (Pereira, no prelo), insistimos na possibilidade de que escassíssimos fragmentos possam, ainda assim, integrar a série de disco. Trata-se de fragmentos que têm a orla decorada, mas cuja cronologia não contradiz as considerações que têm sido elaboradas para o conjunto de Monte dos Castelinhos.

Figura 13. Lucerna de tipo Dr. 28/Loes. VIII/Bailey Q9 recuperada na necrópole do Monte dos Castelinhos, localizada no sopé do cerro.

As características tecno-petrográficas do conjunto revelam que o local consumiu sobretudo os produtos da área meridional da Península Ibérica, alterando os hábitos que geralmente se registam para época Romana-Republicana. Este panorama de consumo, revelador de uma estreita comunicação com as redes de abastecimento vindas da província da Bética, está de acordo com a situação que foi documentada para as restantes categorias cerâmicas coetâneas (Pimenta e Mendes, 2018: 162-172). Todavia, embora a presença de produtos oriundos da Gália não seja percentualmente relevante, devemos admitir que é difícil, na maioria dos casos, distinguir categoricamente as pastas e revestimentos das lucernas de um e de outro local. Se para a Fase 3 podemos admitir uma eventual inexistência de lucernas importadas da Gália, confirmada pela ausência de produtos com essa origem, o mesmo não se pode admitir para a Fase 4, momento em que a *terra sigillata* sudgálica já está presente.

É de sublinhar, ainda, que as lucernas importadas do Sul da Hispânia não parecem corresponder a produções de baixa qualidade. Os fragmentos oferecem desenhos bem delimitados e relevos sem defeitos. No conjunto poucos fragmentos denunciam a existência de cópias, tendo-se identificado apenas três peças correspondentes a cópias de segunda ou terceira geração.

Mas se os dados colhidos até ao momento no Monte dos Castelinhos permitem dilatar a ocupação até meados da segunda metade do século I d.C., outros materiais são testemunho de que a área terá sido ocupada pelo menos até à Antiguidade Tardia, (Pimenta e Mendes, 2018). Destaca-se entre estes, para o tema em epígrafe, uma lucerna completa que foi recolhida em meados do século passado na necrópole dos Castelinhos, situada no sopé do cerro, que se encontra depositada no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Trata-se de um exemplar completo (fig. 13) do tipo Bailey Q9 (Loeschcke VIII; Dressel-Lamboglia 28), provavelmente de produção norte-africana, pois as características da pasta assemelham-se às dessa origem (Bussière, 2000: 111), que pode ser datado entre o último quartel do século II d.C. e meados da centúria seguinte (Malagoli, 2016: 100-101). Este exemplar já havia sido alvo de divulgação, (Barbosa, 1970: 28; Pimenta *et al.*, 2015), assim como outros materiais que corroboram uma eventual ocupação mais dilatada, mas, por ora, estão ainda por identificar evidências estratigráficas dessa ocupação.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976): "Céramiques diverses et verres". *Fouilles de Conímbriga VI,* pp. 93-125.

ALMEIDA, F. DE (1972): "Inscrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira". *25º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira, pp. 151-152.

ALMEIDA, J. DE (1953): *Introdução ao estudo das lucernas em Portugal*. Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, Lisboa.

AMARÉ, Mª T.; AGUAROD, C. (1987): "Un alfar romano de cerámica engobada, común y lucernas en Tarazona (Zaragoza)". *Congreso Nacional de Arqueología XVIII*. Zaragoza, pp. 841-867.

AMARÉ, Mª T.; BONA LÓPEZ, I.; BORQUE RAMÓN, J. (1983): "Avance al estudio de un posible alfar romano de Tarazona: I, las lucernas". *Turiaso*, IV, pp. 93-110.

BAILEY, D. (1980): *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, II. Roman Lamps made in Italy*. British Museum, Londres.

— (1988): *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, III. Roman Provincial Lamps*. British Museum, Londres.

BALIL, A. (1968): "Forme di lucerne romane con segnature di ceramista". *Apulum*, VII, pp. 461-464.

BARBOSA, E. (1970): "Noticia de alguns achados romanos no Concelho de Alenquer". *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia.* Volume II. Lisboa, pp. 27-33.

BEMONT, C. (2003): *Les lampes de Glanum*. Revue archéologique de Narbonnaise, Supplément 34. Éditions de l'Association, Montpellier.

BERGES, G. (1989): *Les lamps de Montans (Tam). Une production céramique del Ier et IIeme Siècle ap. J.C*. Documents d`Archéologie Française 21. Editions de la maison des Sciences de l'Homme, Paris.

BERNAL, D. (1993): *Lucernae Tarraconenses*: las lámparas romanas de Museu Nacional Arqueològic y del Museu i Necròpolis Paleocristians. *Butlletí Arqueològic*, V, 15, pp. 59-289.

BUORA, M. (2017): "Lo studio delle lucerne romane dell'età tardo repubblicana e del primo-medio periodo imperiale nell'Italia settentrionale". Nuţu, G.; Alincăi Micu, S.-C.; Cluj-Napoca, C. (eds.), *The man, the river and the sea*. Studies in archeology and history in honor of Florin Topoleanu on his 65th anniversary, XXX, pp. 21-38.

BUSSIERE, J. (2000): *Lampes antiques d'Algérie*. Monographies Instrumentum 16. M. Mergoil, Montagnac.

BUSSIÈRE, J.; WOHL, B. (2017): *Ancient lamps in the J. Paul Getty Museum*. Getty Publications, Los Angeles.

CASAS I GENOVER, J.; SOLER-FUSTÉ, V. (2006): *Lucernas romanas en el extremo nordeste de la Península Ibérica*. BAR International Series 1567. John and Erica Hedges Ltd., Oxford.

CERULLI, G. (1977): "Officina de lucerne fittili a Pompei. L'Instrumentum domesticum di Ercolano e Pompei nella prima etá imperiale". *Quaderni di Cultura Materiale*, 1, pp. 53-67.

DRESSEL, H. (1899): *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XV, 2, pl. 3. Berlin.

FABIÃO, C. (1998): *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

FILIPO, E. DI (1988): *Lucerne del Museo di Aquileia*. Associazione nazionale per Aquileia, Aquileia.

FREMERSDORF, F. (1942): "Ein werkstattfund von bildlampen der frühesten kaiserzeit aus Köln". *Bonner Jahrbücher*, 147, pp. 237-248.

GOETHERT-POLASCHEK, K. (1985): *Katalog der römischen Lampen des Rheinischen Landesmuseum Trier. Bildlampen und Sonderformen*. Triere Grabungen und Forschungen XV. Philipp von Zabern, Mainz.

HANOTTE, A. (2008): "Les lampes à huile du «santuaire de Cybèle à Lyon» d'environ 50 av. J.-C. à 15/20 apr. J.-C.". Chrzanovski, L. (ed.), *Lychnological Acts 2. Actes du Congrès International d'Études sur le luminaire antique*. Cluj-Napoca, pp. 129-133.

HERMET, F. (1934): *La Graufesenque (Condatomago)*. E. Leroux, Paris.

HERNÁNDEZ, A. (2015): "Producción y consumo cerámico en 'Caesar Augusta' en la segunda mitad del siglo I d. E., según la estratigrafía de c/ Casta Álvarez 103 de Zaragoza". *Ex Officina Hispana: Cuadernos de la SECAH*, 2,2, pp. 461-474.

LAMBOGLIA, N.; BELTRÁN, A. (1952): "Apuntes sobre cronología cerámica". *Caesaraugusta*, 3, pp. 87-89.

LOESCHCKE, S. (1919): *Lampen aus Vindonissa. Ein Beitrag zur geschichte von Vindonissa und des antiken Beleuchtungswesen*. In Kommission bei Beer & Cie, Zurich.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, J. (1981): "La colección de lucernas de la casa de la Condesa de Lebrija (Sevilla)". *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 47, pp. 95-140.

LUZÓN NOGUÉ, J. (1967): "Lucernas mineras de Riotinto". *Archivo Español de Arqueología*, 40, pp. 138-150.

MALAGOLI, C. (2016): *Les lampes en terre cuite du Centre-Est de la Gaule (Ier siècle Av. J.-C.-IVe siècle apr. J.-C.). Production, diffusion et consommation*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Université de Franche-Comté, Besançon.

MORAIS, R. (2005): *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; MAGALHÃES, F. (2012): "El sondeo n.º 8 de 'As Cavalariças': un contexto augusteo de Bracara Augusta (Braga, Portugal)". *SFECAG, Congrés International de Poitiers*, pp. 499-520.

MORENO JIMENEZ, F. (1991): *Lucernas romanas de la Bética*. Universidad Complutense, Madrid.

MORILLO, A. (1992): *Cerámica romana de Herrera de Pisuerga (Palencia, España): las lucernas*. Universidad Internacional SEK, Santiago do Chile.

— (1999): *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Monographies Instrumentum 8/2. M. Mergoil, Montagnac.

— (2015): "Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitario y lo simbólico". Fernández Ochoa, C.; Morillo, A.; Zarzalejos, M. (eds.), *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*. Madrid, pp. 321-428.

NUNES, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1990): "As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)". *Conímbriga*, 29, pp. 69-90.

OZIOL, TH. (1977): *Les lampes du Musée de Chypre*. Salamine de Chypre VII. De Boccard, Paris.

PALOL, P. (1948-1949): "La colección de lucernas romanas de cerámica procedentes de Ampurias en el Museo Arqueológico Provincial de Gerona". *Memoria de los Museos Provinciales de Arqueología*, IX-X, pp. 233-65.

PARREIRA, R. (1990): "Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2". *Boletim Cultural*, 4, pp. 77-91.

PASSELAC, M. (2002): "Le mobilier céramique de La Loba". Blázquez, J. M.; Domergue, C.; Sillières, P. (dir.), *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne): la mine et le village minier antiques*. Bordéus/Paris, pp. 231-286.

PAVOLINI, C. (1987): "Le lucerne romane fra il III sec. A.C. e il III sec. D.C.". Lévêque, P.; Morel, J.-P. (dirs.), *Céramiques hellénistiques et romaines 2*. Besançon, pp. 139-165.

PEREIRA, C. (2012): "As Lucernas romanas de Ossonoba. Um conjunto ambíguo". *Habis*, 43, pp. 119-147.

— (2014): *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. BAR International Series 2627. Archaeopress, Oxford.

— (no prelo): "Roman lamps in the far Western Mediterranean as evidence of cultural adoptions: between originality and (re)productions". *Dissonanze*.

PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M. (2016): "As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal)". *SPAL*, 25, pp. 149-181.

PEREIRA, M. A. (1970): "Hipólito Cabaço". *Arqueologia e História*. 9.ª Série. Volume 2, pp. 7-27.

PIMENTA, J. (Coord.) (2013): *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa-Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia-Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

— (Coord.) (2015): *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal, Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012): "Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis". Pimenta, J. (coord.), *De Olisipo a Ierabriga. A rede viária romana no vale do Tejo*. Cira Arqueologia 1. Vila Franca de Xira, pp. 41-64.

— (2013): "O projeto de Monte dos Castelinhos". Pimenta, J. (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa-Vila Franca de Xira, pp.11-14.

— (2014): "Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo". Mataloto, R.; Mayoral, V.; Roque, C. (eds.), *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* Anejos de Archivo Español de Arqueología LXX. Madrid, pp. 125-142.

— (2018): "Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017". CIRA Arqueologia, 6, pp. 127-178.

— (no prelo 1): "O facies de destruição do povoado de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um episódio de conflito militar no extremo ocidente, da província da Ulterior". *Congresso internacional "Cultura material romana en la Hispania Republicana: contextos privilegiados y estado de la cuestión"*, *22 a 24 de Abril, Lezuza - Albacete*.

— (no prelo 2): "Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Uma Fundação romana republicana 'Ex Novo' no Baixo Tejo". Pereira, C.; Albuquerque, P. (eds.), *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. UNIARQ, Lisboa.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; DETRY, C.; FERNANDES, L. (2015): "Catálogo de Peças". Pimenta, J. (Coord.), *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira - em busca de Ierabriga*. Vila Franca de Xira, pp. 135-191.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON. J. (2008): "O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca De Xira". *Al-madan*, II Série, 16, pp. 26-37.

PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014): "Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira". Fabião, C.; Pimenta, J. (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia 3. Vila Franca de Xira, pp. 86-121.

RICCI, M. (1974): "Per una cronologia delle lucerne tardo-repubblicane". *Rivista di Studi Liguri*, II-IV, pp. 168-234.

RITTERLING, E. (1913): "Lampen". *Das Frührömische Lager bei Hofheim im Taunus*. Analen des Vereins für Nassauische Altertumskunde und Geschichsforschung 40. Wiesbaden, pp. 263-270.

RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (1996): *Materiales de un alfar emeritense: paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas*. Cuadernos Emeritenses 11. MNAR, Mérida.

RODRÍGUEZ NEILA, J. (1977): "Serie de lucernas de Osuna". *Habis*, 8, pp. 385-397.

RUIVO, J. (1997): "O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários". *Archivo Español de Arqueología*, 70, pp. 91-100.

SILVA, R. B. (2012): "*As marcas de oleiro na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa"*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (policopiado)

ULBERT, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionläger in Spanisch- Extremadura*. Madrider Beiträge 11. Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rheim.

VÁZQUEZ PAZ, J. (2012): "Producción de lucernas altoimperiales en Hispalis: el taller de la Plaza de la Encarnación de Sevilla". Bernal, D.; Ribera I Lacomba, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz, pp. 309-323.

VIEIRA, V. (2011): *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa): contributo para o conhecimento de Olisipo*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.